



Conferência Municipal de Saúde

BELO HORIZONTE - MG
2 a 4 de julho de 2026

RELATÓRIO FINAL



CONSELHO
MUNICIPAL DE
SAÚDE
DE BELO HORIZONTE

SUS



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA

APRESENTAÇÃO



A 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte, realizada nos dias 2, 3 e 4 de julho de 2026, constituiu-se como etapa preparatória da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais e da 18ª Conferência Nacional de Saúde, reafirmando o compromisso do município com a participação social e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Convocada pelo Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte e regulamentada pela Resolução CMS/BH nº 520/2026, a Conferência teve como tema “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil”, organizada em quatro eixos temáticos: Democracia, saúde como direito e soberania nacional; Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social; Os desafios para o SUS na agenda nacional de defesa da vida e da saúde, incluindo emergências climáticas e justiça socioambiental; Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral. Esses eixos orientaram os debates e a construção cole-

tiva das propostas apresentadas pelos participantes.

O processo conferencial foi construído de forma ampla e democrática, envolvendo as etapas preparatórias locais, distritais, hospitalares e a Conferência Livre Unificada, garantindo a participação de usuários, trabalhadores, gestores, prestadores, movimentos sociais e instituições formadoras. Esse processo permitiu que as demandas dos diversos territórios e segmentos da população fossem consolidadas e debatidas na etapa municipal, fortalecendo o controle social e a gestão participativa do SUS.

A Conferência reafirmou a saúde como direito fundamental e dever do Estado, reconhecendo que sua efetivação depende da consolidação de políticas públicas comprometidas com a universalidade, integralidade, equidade e participação social. Os debates evidenciaram a necessidade de fortalecer o financiamento público do SUS, qualificar a gestão, ampliar o acesso aos serviços de saúde, enfrentar as desigualdades sociais e territoriais e preparar o sistema para responder aos desafios contem-

porâneos, como as emergências sanitárias e climáticas.

As propostas deliberadas durante a 18ª Conferência Municipal de Saúde representam a expressão da vontade coletiva dos delegados e delegadas, constituindo diretrizes para o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde no âmbito municipal e contribuindo para os debates das etapas estadual e nacional. Nos termos da Resolução CMS/BH nº 520/2026, as deliberações aprovadas passam a ter caráter decisivo no âmbito do município, fortalecendo o papel do Conselho Municipal de Saúde como instância permanente de participação e controle social.

Este Relatório Final registra o processo de construção coletiva desenvolvido ao longo da Conferência, sistematiza as propostas aprovadas em cada eixo temático e consolida as diretrizes definidas pelos participantes, reafirmando o compromisso de Belo Horizonte com a defesa da democracia, da participação popular e de um Sistema Único de Saúde público, universal, integral, equânime e de qualidade para toda a população.

Processo Preparatório

O processo preparatório da 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte foi desenvolvido de forma descentralizada, democrática e participativa, assegurando ampla mobilização dos diferentes segmentos que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecendo os espaços de participação e controle social.

As etapas preparatórias tiveram início com a realização de 153 Conferências Locais de Saúde, promovidas nas Unidades Básicas de Saúde do município, constituindo importantes espaços de escuta da população, identificação das necessidades dos territórios e construção das propostas que subsidiaram as etapas seguintes.

Na sequência, foram realizadas as nove Conferências Distritais de Saúde, correspondentes aos Distritos Sanitários de Belo Horizonte, com participação estimada de 120

pessoas por conferência, reunindo delegados eleitos nas etapas locais, representantes dos segmentos de usuários, trabalhadores e gestores, além de observadores e convidados. Nessas conferências, as propostas oriundas das etapas locais foram debatidas, consolidadas e priorizadas, além da eleição dos delegados para a etapa municipal.

Como estratégia de ampliação da participação dos serviços hospitalares na construção das políticas públicas de saúde, foram realizadas 11 Conferências Hospitalares, envolvendo os Conselhos de Saúde Hospitalares da Rede SUS-BH, possibilitando a discussão das especificidades da atenção hospitalar, a elaboração de propostas e a eleição de delegados para a Conferência Municipal.

Também integrou o processo preparatório a realização da Conferência Livre Unificada,

que reuniu representantes de movimentos sociais, instituições e coletivos organizados, constituindo um espaço plural de debate sobre temas estratégicos relacionados ao SUS e ao direito à saúde. O evento contou com público estimado em aproximadamente 80 participantes, ampliando a diversidade de contribuições ao processo conferencial e fortalecendo a participação social.

As etapas preparatórias possibilitaram a construção coletiva das propostas apresentadas à 18ª Conferência Municipal de Saúde, garantindo que as deliberações da etapa municipal refletissem as demandas dos territórios, dos serviços de saúde e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, reafirmando os princípios da democracia participativa e do controle social na formulação das políticas públicas de saúde.

Eixos Temáticos

A 18ª Conferência Municipal de Saúde tem como tema “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil” e está estruturada em quatro eixos temáticos que orientarão os debates e a elaboração de propostas.

Eixo I – Democracia, Saúde como Direito e Soberania Nacional: aborda o fortalecimento da democracia, da participação e do controle social, reafirmando a saúde como direito de todos e dever do Estado, além da importância da soberania sanitária e da redução das desigualdades.

Eixo II – Financiamento adequado e suficiente para o SUS: discute a necessidade de ampliar e qualificar o financiamento do SUS, garantindo recursos sustentáveis, justiça tributária, transparência e equidade na distribuição dos investimentos em saúde.

Eixo III – Os desafios para o SUS na agenda nacional de defesa da vida e da saúde: trata do fortalecimento da capacidade do SUS para responder às emergências sanitárias e climáticas, promovendo a vigilância em saúde, a justiça socioambiental e a proteção das populações mais vulneráveis.

Eixo IV – Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral: propõe o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, a integração das Redes de Atenção, a organização do cuidado com base nos territórios e a qualificação da gestão, assegurando um cuidado integral, humanizado e centrado nas necessidades da população.

EIXO I

Democracia, saúde como direito e soberania nacional

Propostas - ESTADUAL

1- Promover o protagonismo da população na defesa do SUS, divulgando e fortalecendo os espaços de participação e controle social (conselhos e conferências), garantindo financiamento adequado, estrutura, suporte técnico, capacitação contínua de conselheiros e usuários e a liberação de horas de trabalho dos profissionais sem prejuízos, além de consolidar políticas com foco na equidade e transparência na alocação de recursos. Divulgar direitos, deveres e funcionamento do SUS em mídias (rádio, TV, redes sociais) e nas escolas públicas e privadas. Criar canais de ouvidoria e escuta qualificada nas UBS para subsidiar o planejamento.

2- Fortalecer e ampliar os espaços de participação popular e controle social no SUS, garantindo a atuação ativa, autônoma e qualificada da sociedade e trabalhadores dos Conselhos de Saúde, garantindo financiamento, capacitação permanente, divulgação do trabalho, transporte, alimentação e demais condições necessárias à participação dos conselheiros, bem como a liberação das horas de trabalho dos profissionais envolvidos, sem prejuízos, assegurando acesso equitativo às ações e serviços de saúde, com prioridade para populações em situação de vulnerabilidade social e defender as políticas públicas de saúde mental, com ampliação do financiamento da RAPS e ampliação das e-Multi.

Proposta - NACIONAL

1- Implementar e consolidar efetivamente o Cartão Nacional de Saúde e o Prontuário Eletrônico Unificado em todo o território nacional, garantindo o compartilhamento do histórico clínico do cidadão de diferentes municípios e estados, promovendo a educação permanente dos trabalhadores do SUS. Fortalecer a soberania nacional e sanitária, ampliando a produção nacional de medicamentos, vacinas, insumos estratégicos e tecnologias em saúde, com investimentos em laboratórios públicos e redução da dependência externa, mediante aporte financeiro, incentivos fiscais e garantia de autonomia aos projetos de pesquisa.



EIXO II

Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social

Propostas - ESTADUAL

1- Fortalecer o SUS contra todas as formas de privatização e precarização, com a realização de concursos públicos e atualização da legislação para combater a terceirização e a quarteirização. Dessa forma, garantir repasses financeiros estaduais adequados às demandas regionais, reduzindo a sobrecarga dos hospitais da capital por meio da criação de hospitais regionais, centros de exames e diagnósticos e ampliação de leitos. Ampliar o financiamento da RAPS, assistência farmacêutica e da APS, com expansão da ESF, e-Multi, ESB, Academia da Cidade e SAMU. Investir na modernização do parque tecnológico de toda rede SUS.

2- Ampliar e garantir o financiamento ou mecanismo de transparência, fiscalização e controle social, respeitando as condições epidemiológicas, demográficas e socioeconômica regionais. Ampliar a saúde do trabalhador, planos de carreira, atendimentos na Atenção Primária (saúde infantojuvenil, mulher, adulto, idoso, LGBTQIAPN+, Álcool e outras drogas), Secundária e Terciária com melhoria e ampliação dos atendimentos, ampliar a Assistência Farmacêutica, de forma longitudinal, e não à terceirização do SUS, evitando a redução de recursos e assegurando planejamento participativo.

Proposta - NACIONAL

1- Reestruturar o financiamento do SUS, ampliando a base tributária do Fundo Nacional de Saúde, com fontes adicionais provenientes do aumento da taxa de jogos de apostas, grandes fortunas, mineração, terras raras, cigarro, bebidas alcoólicas, refrigerantes e embutidos. Retirar as despesas de pessoal da saúde dos limites da LRF. Estabelecer critérios de alocação que considerem desigualdades regionais e vulnerabilidades, assegurando infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, ampliando o acesso integral e equânime à população, priorizando APS e RAPS. Promover a aplicação dos recursos com transparência, fiscalização efetiva, equidade e fortalecimento do controle social.



EIXO III

Os desafios para o SUS na agenda nacional de defesa da vida e da saúde, incluindo emergências climáticas e justiça socioambiental

Propostas - ESTADUAL

1- Criar a Rede Mineira de Vigilância em Saúde Climática, integrada aos órgãos de saúde, meio ambiente e defesa civil, para monitorar, prevenir e responder rapidamente aos impactos de emergências sanitárias e eventos climáticos extremos, com protocolos, fluxos assistenciais, recursos estratégicos e ampliação da capacidade de atendimento. Subsidiar formação dos trabalhadores e usuários do SUS para respostas a tais emergências com planejamento, ações integradas intersetorialmente e estratégias de proteção da população, incluindo trabalhadores, além de criar fóruns com a comunidade e conselhos sociais para discutir como a crise climática afeta diretamente a saúde da comunidade local.

2- Articular a aprovação da PEC que institui o tombamento da Serra do Curral como patrimônio de relevância ambiental e cultural de Minas Gerais, associada à fiscalização e implementação da Lei Estadual nº 23.291/2019, visando a mitigação de riscos socioambientais e a proteção da saúde coletiva contra os impactos da mineração predatória, bem como a restrição de subsídios para empresas, de modo a impedir seu uso como mecanismo compensatório. Estabelecer política com diretrizes de funcionamento e controle das Mineradoras em relação ao impacto de sua atuação no meio ambiente e na saúde da população do território. Regulamentar e fiscalizar o controle dos produtos químicos utilizados na indústria e agroindústria, com foco na segurança alimentar, controle da qualidade da água e do ar.

Proposta - NACIONAL

1- Garantir e divulgar o AdaptaSUS como estratégia de enfrentamento às emergências climáticas e epidemiológicas, garantindo a articulação com as realidades territoriais e o fortalecimento dos sistemas de saúde. Incorporar a agenda de mudanças climáticas e justiça socioambiental nas políticas de saúde, considerando os impactos da produção agrícola intensiva sobre o meio ambiente e seus reflexos na saúde coletiva; fortalecendo a capacidade do SUS para resposta a emergências sanitárias e eventos climáticos extremos, com planejamento e protocolos integrados. Estabelecer indicadores para monitoramento semestral do impacto das mudanças climáticas na saúde e redução das desigualdades socioambientais.



EIXO IV

Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral

Propostas - ESTADUAL

1- Garantir a expansão, regionalização e qualificação da oferta de serviços de média e alta complexidade, por meio do fortalecimento de consórcios intermunicipais, garantindo recursos financeiros e estruturas físicas adequadas, para assegurar a resolutividade nas macrorregiões, reduzir deslocamentos e diminuir a sobrecarga dos grandes centros. Fortalecer a regulação assistencial, visando garantir o cuidado e reduzir o tempo de espera, ação que deve ser fomentada em todos os municípios, fortalecendo as macrorregiões. Garantir a manutenção e fortalecer a FHEMIG, preservando os hospitais existentes, inclusive HAC, HJPIL, HMAL, MOV, HEM, assegurando a continuidade e ampliação de suas atividades.

2- Garantir a ampliação do investimento estadual para fortalecer o cuidado em saúde mental, com equipes multiprofissionais completas e composição e-Multi ampliada em todas as

Unidades Básicas de Saúde de Minas Gerais. A estratégia inclui a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial, serviços de reabilitação e assistência social, além de especialidades médicas, como pediatria e ginecologia, para reduzir filas de espera e qualificar o cuidado conforme o perfil epidemiológico, as demandas e as vulnerabilidades locais. Todas as microrregiões de saúde devem implantar os serviços substitutivos da RAPS, garantindo ao menos um dispositivo de cada tipologia com funcionamento 24 horas para acesso regionalizado. A Secretaria de Estado de Saúde cofinanciará essas estruturas, priorizando microrregiões com municípios de pequeno porte. Criar Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) estaduais para assegurar moradia assistida a pessoas com sofrimento mental grave ou dependência química em situação de rua, violência, abandono ou egressas dos sistemas prisional e socioeducativo.

Proposta - NACIONAL

1- Ampliar e redimensionar a cobertura da APS conforme o Índice de Vulnerabilidade Social e qualificar a informação em saúde com a implantação do Prontuário Eletrônico Único Nacional, garantindo Equipes de Saúde da Família, com população máxima adstrita de 3000 pessoas/equipe, com composição mínima de um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem, quatro Agentes Comunitários de Saúde, uma Equipe de Saúde Bucal para cada ESF, uma equipe e-Multi por UBS, com carga horária de 40 horas por categoria profissional, composta por nutricionista, fisioterapeuta, farmacêutico, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, educador físico e uma equipe de saúde mental por UBS. Ampliar as equipes de Saúde Mental (RAPS), com foco na política antimanicomial; as Academias da Saúde; a oferta das PICS e o SAMU, com no mínimo de dois técnicos de enfermagem por unidade de suporte básico.



MOÇÕES

Moção 01

Repúdio contra o fechamento do Hospital Maria Amélia Lins da Rede FHEMIG

Moção de repúdio contra o fechamento do Hospital Maria Amélia Lins da Rede FHEMIG. Somos contra o fechamento do Hospital Maria Amélia Lins e sua transferência para a iniciativa privada, defendemos que o Hospital seja gerido pela rede FHEMIG pública e de qualidade. Sem a participação da iniciativa privada.

Moção 02

Em defesa do SUS-BH

Os delegados e delegadas da 18ª Conferência de Saúde de Belo Horizonte, realizada nos dias 02,03 e 04 de julho de 2026, em Belo Horizonte/MG, preocupados com a desconstrução do Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte, afirmam: há mais de 30 anos, o Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte é referência em qualidade e resistência, na luta pela maior conquista popular e social na Constituição Federal brasileira. Em Belo Horizonte, com o argumento de déficit orçamentário, a Secretaria de Saúde tem promovido demissões em áreas fundamentais, com falta de insumos, além das dificuldades de relação entre a gestão e o controle social. Esse processo gera sobrecarga aos trabalhadores mais tempo para os atendimentos, além de problemas na qualidade da assistência aos usuários. O que nossa cidade precisa é de um SUS mais público, universal e inte-

gral, com recursos destinados prioritariamente ao fortalecimento da Rede Básica e com um Controle Social mais fortalecido e respeitado. Alertamos também para a necessidade da prevenção às novas pandemias, considerando a gravidade da crise climática por que passamos. Importante também lutar e reforçar que o orçamento público alcance no mínimo 6% do PIB, para um adequado financiamento do Sistema Único de Saúde, 12% para o estado, sem maquiagens e em média 21% para o município, para que se fortaleça e amplie o SUS em Belo Horizonte, sem corte de recursos. Integrar trabalhadores, usuários e gestores em estratégias coletivas de construção do SUS em Belo Horizonte é central e necessário, para a democratização do sistema, para superar os desafios que não são poucos e ampliar a assistência aos que mais precisam. VIVA O SUS!



Moção 03

Apoio e solidariedade à Promotora de Saúde Josely Ramos Pontes

Nós, delegados(as) presentes na 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte, realizada nos dias 2 a 4 de julho de 2026, vimos a público manifestar nosso apoio e solidariedade à Promotora da Saúde Josely Ramos Pontes. Repudiamos veementemente a postura e as falas do Secretário de Saúde de Minas Gerais, Fábio Baccheretti, que desqualificou a profissional e a

mulher, refletindo um modelo de gestão desrespeitoso e descompromissado, que se estende ao controle social e às políticas públicas de saúde de Minas Gerais. Nós reafirmamos e reconhecemos o trabalho sério, ética e comprometido desenvolvido pela promotora Josely Ramos Pontes, sempre em defesa da Saúde pública e do Sistema Único de Saúde.

Moção 04

Proposta de Alteração do Regimento Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte

A 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte propõe a revisão do Regimento Eleitoral para a composição do Conselho Municipal de Saúde, no segmento dos trabalhadores da saúde, com o objetivo de adequá-lo aos princípios da legislação vigente, da participação social e da representatividade democrática do Sistema Único de Saúde (SUS). Propõe-se que os representantes do segmento dos trabalhadores da saúde sejam eleitos, inicialmente, nas Eleições Locais de Saúde e, posteriormente, nas Eleições Distritais de Saúde, garantindo que a composição do Conselho Municipal conte com representantes legitimamente eleitos em seus respectivos Distritos Sanitários e que as demais vagas

destinadas ao segmento dos trabalhadores sejam distribuídas entre as entidades representativas dos trabalhadores, associações, sindicatos e demais organizações. Essa alteração fortalecerá a representatividade territorial, ampliará a participação democrática dos trabalhadores e assegurará que as demandas específicas de cada distrito estejam efetivamente representadas no Conselho Municipal de Saúde. Dessa forma, esta Conferência manifesta-se favorável à alteração do Regimento Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, garantindo maior legitimidade, transparência, participação popular e respeito à legislação que rege o controle social no SUS.



Eleição dos Delegados para a Etapa Estadual

Durante a 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte foi realizada a eleição dos delegados que representarão o município na etapa estadual. Foram eleitos 64 delegados, sendo 32 representantes do segmento de usuários, 16 do segmento de trabalhadores da saúde e 16 do segmento de gestores e prestadores

de serviços.

Para garantir a autonomia e a representatividade de cada segmento, usuários, trabalhadores e gestores/prestadores se reuniram em espaços distintos, onde realizaram a eleição de seus respectivos representantes, conforme as normas estabelecidas no regulamento da Conferência.



CONCLUSÃO

A 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte reafirmou o compromisso do município com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o fortalecimento da democracia participativa, consolidando-se como um importante espaço de diálogo, construção coletiva e deliberação entre usuários, trabalhadores da saúde, gestores, prestadores de serviços e representantes da sociedade civil.

O amplo processo preparatório, desenvolvido por meio das Conferências Locais, Distritais, Hospitalares e da Conferência Livre Unificada, possibilitou que as diferentes realidades dos territórios e dos serviços de saúde fossem debatidas e transformadas em propostas que refletem as necessidades da população e os desafios para o fortalecimento do SUS em Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil.

Durante os três dias de realização da Conferência foram debatidos os quatro eixos temáticos, aprovadas propostas des-

tinadas às etapas estadual e nacional, deliberadas moções de relevante interesse para a defesa da saúde pública e eleitos os delegados que representarão Belo Horizonte na 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais.

As deliberações aprovadas reafirmam a defesa de um SUS público, universal, integral, equânime, gratuito e de qualidade, fortalecendo o controle social, a participação popular, o financiamento adequado, a valorização dos trabalhadores da saúde e a qualificação da gestão e da atenção à saúde.

Este Relatório Final registra as deliberações da 18ª Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte e constitui instrumento orientador para o acompanhamento e a implementação das propostas aprovadas, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para a consolidação do SUS como direito de toda a população e dever do Estado.



**CONSELHO
MUNICIPAL DE
SAÚDE**
DE BELO HORIZONTE

Mesa Diretora do CMSBH

Presidenta: Ilda Alexandrino

Secretário Geral: Willer Marcos

1ª Secretária: Valéria Nascimento

2ª Secretária: Tatiane Caetano

Secretaria Executiva do CMSBH

Coordenação: Fernanda Maia

Secretários: Aline Figueiredo, Bruno Cristiano e Viviane Couto

Assessoria contábil: Wanderson de Araújo

ASCOM/CMSBH

Diagramação e fotos: Isa Patto e Natália Costa

Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte

Av. Afonso Pena, 2.336 / Pilotis - Funcinários - Belo Horizonte/MG | Telefone: (31) 3277-7733

Julho 2026



@conselhosaudebh



@cmsbh